



ANFIP

Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

COM VOCÊ

ANO 3 | Nº 17 | BRASÍLIA | Dezembro/2016

TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E PARTICIPAÇÃO

PL 5864/16

Defesa de subsídio e das atribuições exclusivas

pág. 4

NOVO SITE

Navegação mais dinâmica e serviços personalizados

pág. 3

JURÍDICO

Balanco das ações que se encontram em execução

pág. 8

Reforma da Previdência

Proposta impõe duras regras para a aposentadoria

Especialistas debatem em Seminário Internacional principais mudanças nos dispositivos da Constituição Federal

Cristiano Eduardo



Presidente da ANFIP, Wilson Romero, rechaça retrocesso no programa social

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, que pretende implementar drásticas mudanças na Previdência Social brasileira, mal chegou ao Congresso Nacional e já tramita na velocidade da luz.

O texto, apresentado em 7 de dezembro, como já vinha sendo anunciado pelo governo, traz várias medidas prejudiciais para os trabalhadores, principalmente àqueles que mais necessitam de proteção social. A PEC foi duramente criticada por especialistas no Seminário Internacional de Previdência Social, realizado em 6 de dezembro, no Senado Federal, pela ANFIP e pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Para o professor da Unicamp Eduardo Fagnani, doutor em Ciência Econômica, o problema maior não é uma reforma no sistema brasileiro, mas que tipo de reforma é preciso fazer. "Estamos nos espelhando em países

desenvolvidos, que tem renda per capita 6, 7 vezes maior que o Brasil, expectativa de vida 10 anos à nossa frente. O que me preocupa, mais uma vez, é que começamos muito mal, com a ideia alarmista. O discurso fatalista não ajuda", alertou durante o evento.

O governo insiste em justificar as mudanças da PEC 287/16 sob o falso argumento do déficit previdenciário. Segundo a assessora-chefe da Assessoria Especial da Casa Civil, Marta Seillier, para se chegar ao resultado do saldo negativo, o governo considera para o cálculo apenas a arrecadação dos trabalhadores e dos empregadores e tudo o que se gasta com os benefícios da Previdência Social. O governo simplesmente ignora várias outras contribuições para o sistema.

Sobre a idade mínima de aposentadoria, a assessora-chefe da Casa Civil afirmou que 65 anos é uma tendência internacional.

pág. 5

Acervo ANFIP



PEC 287/16

A ANFIP participa, no Planalto, de anúncio da reforma da Previdência

pág. 4

Acervo ANFIP



Assembleia

Maioria decide pela delegação de competências à Convenção Nacional

pág. 3

EDITORIAL

O fim do ano chegou marcado por intensas mudanças, acarretando transformações políticas e econômicas expressivas para toda a sociedade. É a reforma da Previdência, que afeta milhões de trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público. A reforma Tributária, cuja proposta já foi apresentada pela Comissão Especial da Câmara. A reforma Trabalhista, com mais de 70 proposições alterando direitos e precarizando as relações de emprego. É o novo teto de gastos, que congela a despesa primária do governo por 20 anos. Os direitos sociais estão em ebulição. Qualquer que sejam as de-

cisões tomadas, elas afetarão a todos.

Os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, além dos assuntos em voga, fecham 2016 lutando por suas atribuições e melhorias salariais. Durante um ano e meio a ANFIP acompanhou e participou das negociações salariais que culminaram no PL 5864/16, que concede reajuste salarial, estabelece o vencimento básico para uma carreira típica de Estado, cria o bônus de eficiência sem paridade e compartilha atribuições dos Auditores. O projeto implementou um racha institucional, cujos efeitos só serão mensuráveis durante os próximos anos. A ANFIP enfrentou todos por

suas convicções. Consultou seus associados. Conversou exaustivamente com parlamentares. Esteve com autoridades do Executivo inúmeras vezes. Reuniu as representações estaduais que não mediram esforços para atuar em conjunto, com um mesmo propósito.

A tramitação não foi finalizada. O trabalho da ANFIP também não. O processo de esclarecimento e convencimento continua. Se 2016 serviu para unir dirigentes e associados num trabalho jamais visto, permeado pela real participação associativa, 2017 será ainda mais efetivo. Continuemos unidos! Bom ano para todos! A ANFIP somos nós!

Por dentro da ANFIP

Conheça a equipe de finanças da Associação

As finanças da ANFIP são coordenadas por dois setores: Financeiro, com o vice-presidente João Alves Moreira (AC), e de Planejamento e Controle Orçamentário, tendo à frente o vice-presidente Carlos Alberto de Souza (SC).

São de responsabilidade da Vice-Presidência Financeira a movimentação das contas bancárias e dos créditos financeiros existentes em nome da ANFIP; os serviços executivos do departamento; a prestação de contas aos conselhos Executivo e Fiscal nos balancetes de receita e despesa da Associação, dentre outros.

Para o gerenciamento dessas atividades, a ANFIP criou o MR Contábil. Trata-se de um sistema integrado para

acompanhamento orçamentário, contábil e financeiro, em tempo real, que tem as iniciais (MR) em referência à Movimentações e Resultados e em homenagem ao nome de Márcio Resende, ex-funcionário do setor de finanças e entusiasta do projeto, falecido neste ano. "O sistema encontra-se em fase de teste e a implantação definitiva deve acontecer em março de 2017", explica João Moreira.

Já a Vice-Presidência de Planejamento e Controle Orçamentário é responsável por tarefas referentes ao controle da regularidade das contribuições associativas, das receitas financeiras previstas no orçamento, além de elaborar a proposta orçamentária anual da ANFIP e submetê-la aos



Arquivo ANFIP

Equipe dos setores Financeiro e Planejamento e Controle Orçamentário da ANFIP

conselhos Executivo e Fiscal.

Para Carlos Alberto de Souza "o Planejamento e o Controle Orçamentário auxiliam para o histórico de excelência na função administrativa da ANFIP".

Para mais informações

sobre as atividades das vice-presidências, entre em contato pelos e-mails jmoreira@anfip.org.br (Finanças) e kkcazeca@anfip.org.br (Planejamento e Controle Orçamentário), ou pelo telefone (61) 3251-8100.

Expediente ANFIP COM VOCÊ

ANFIP COM VOCÊ é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF -
CEP: 70040-907
Telefones: 0800 701 6167 | (61) 3251 8100

ANFIP COM VOCÊ é publicação bimestral de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

DIRETORA RESPONSÁVEL
Leila Signorelli de Andrade

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIOS
Lécio Luiz e Tarcila Rezende

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Carmelina Calabrese
Décio Bruno Lopes
Florianos Martins de Sá Neto
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade
Miguel Arcanjo Simas Nôvo
Wilson Antonio Romero



ANFIP: Transparência, ética e participação

Envie seus comentários sobre o **ANFIP COM VOCÊ** para o email: comunicacao@anfip.org.br



www.facebook.com/anfipnacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Site

ANFIP de cara nova na internet

Com visual renovado, site oferece acesso dinâmico, com serviços diferenciados

Entrou no ar no dia 8 de dezembro a nova página da ANFIP na internet, totalmente remodelada a fim de tornar ainda mais fácil o acesso às informações produzidas pela Entidade. Mais moderno, dinâmico e prático, o site também oferece serviços personalizados.

Para agilizar ainda mais a navegação, foram criadas editorias, onde as notícias serão publicadas diariamente. Agora, os principais acontecimentos terão melhor visibilidade, com destaques variados para facilitar a leitura. Livros, jornais,

documentos, revistas também continuam lá, no link *publicações*.

É preciso esclarecer aos associados que o acesso à página restrita mudou. Antes, para entrar na área reservada era necessário digitar o Siape e a senha. Agora, no lugar do Siape é preciso digitar o CPF. A mudança foi automática. A senha continua a mesma.

Se você ainda não é associado, o campo "associe-se" traz a ficha cadastral, que pode ser preenchida eletronicamente, de forma rápida e fácil. Navegue e confira!



Acervo ANFIP

Associados devem ficar atentos à nova forma de acesso à página restrita

Assembleia Geral Extraordinária

Associados delegam competências à Convenção Nacional

ANFIP implanta votação eletrônica que permite recebimento de votos de todo Brasil



Em Assembleia presencial, realizada em Brasília, associados votam por delegação de competências e mantêm Convenção Nacional como órgão relevante de deliberação

Mais de 57% dos associados da ANFIP que participaram da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada no dia 7 de dezembro, aprovaram a delegação de competências privativas, nos termos do Código Civil, e, em especial, a deliberação sobre alterações estatutárias,

para a Convenção Nacional.

A AGE, que se realizou presencialmente, em Brasília (DF), e de forma virtual, em todo o país, salvaguarda a prática histórica da Associação, mantendo a Convenção Nacional como órgão de deliberação de questões relevantes da Entidade.

A assembleia geral permanece como instância máxima de deliberação de todas as demais questões de interesse dos associados, entre elas, a autorização para o ingresso de ações judiciais.

O presidente Vilson Antonio Romero, que presidiu a assem-

bleia, ao lado de Floriano José Martins (SC), como secretário, agradeceu a participação dos associados, lembrando que, somente com "a integração cada vez maior do quadro social, o Conselho Executivo poderá aperfeiçoar sua atuação em defesa da categoria e da sociedade".

PEC 287/16

Planalto anuncia reforma da Previdência

Alterações invertem a lógica da proteção social em benefício do mercado financeiro

Antes de enviar a proposta de reforma da Previdência para o Congresso Nacional, o presidente Michel Temer reuniu as centrais sindicais, em 5 de dezembro, para comunicar as mudanças que seriam instituídas no sistema. O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, participou do encontro, a convite da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). O texto do governo foi remetido à Câmara em 6 de dezembro, onde tramita como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16.

Durante a reunião, Temer foi enfático ao dizer que “se não houver a reforma o mais breve possível, faltarão recursos para pagar aposentadorias em poucos anos”. Para Romero, ficou perceptível na reunião que a proposta não estava finalizada, apesar de o presidente

da República ter reunido, na oportunidade, seus principais ministros e técnicos. “Passamos três meses em grupos de trabalho dentro do Planalto e eles não apresentaram nada efetivamente embasado em dados técnicos”, relata, tanto que o governo retificou o texto, mesmo após o envio ao Congresso.

É importante destacar que a PEC 287/16 é o braço operativo da proposta que congela o teto dos gastos públicos por 20 anos, a PEC 55/2016. “Se o Congresso congela os gastos por 20 anos, os previdenciários estão incluídos”, ressalta Romero. Para o presidente da ANFIP, o governo está implementando um conjunto de medidas para o ajuste fiscal às custas dos trabalhadores. “O mercado tem sede enorme de abocanhar essa parcela dos recursos.



Vilson Antonio Romero participa de reunião em que Michel Temer anuncia reforma

Isso rompe com a perspectiva de solidariedade. A lógica passa a ser do lucro”, critica.

Dentre os pontos anunciados por Temer está:

- Idade mínima de 65 anos para se aposentar, independente do sexo;
- Transição entre o novo regime e o antigo – os homens com mais de 50 anos e as mulheres com mais de 45 entrarão no grupo de transição.
- Fim gradativo das aposenta-

dorias especiais;

- Aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos;
- Pelo menos 50 anos de contribuição para obter o benefício integral com as novas regras propostas;
- Proibição da acumulação de pensão por morte e aposentadoria; e
- Aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores estaduais para 14%.

PL 5864/16

Recursos aguardam deliberação

ANFIP mantém luta pela preservação do subsídio e pela manutenção de atribuições



Conselheiros da Associação acompanham aprovação do relatório do deputado Wellington Roberto (PR/PB) e a deliberação dos destaques ao texto substitutivo

O Projeto de Lei (PL) 5864/16 (Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil), depois de um intenso trabalho da ANFIP, tanto no Congresso Nacional quanto na Casa Civil da Presidência da República, está com sua tramitação sobrestada, aguardando que o Plenário da Câmara dos Deputados delibere os três recursos apresentados

contra a decisão terminativa da Comissão Especial. Caso algum dos recursos seja aprovado, o texto seguirá para apreciação do Plenário da Câmara.

Foram apresentados o REC 178, de autoria do deputado Major Olimpio (SD/SP), o REC 181, do deputado Rodrigo Martins (PSB/PI), e o REC 182, do deputado Pauderney Avelino (DEM/AM).

A ANFIP continua seu trabalho a fim de impedir que o texto seja aprovado como está, uma vez que, além de acabar com o subsídio para a carreira, implementa um bônus de eficiência sem paridade entre ativos e aposentados e compartilha atribuições dos Auditores Fiscais com outras carreiras.

Comissão - O relatório do deputado Wellington Roberto

(PR/PB) foi aprovado pela Comissão Especial no dia 9 de novembro, por 16 votos favoráveis, 13 contrários e uma abstenção. A ANFIP ainda tentou alterar o texto por meio dos destaques apresentados, mas somente duas mudanças foram aprovadas no dia 21 de novembro, quando foi finalizada a tramitação da matéria na Comissão.

Reforma da Previdência

Governo utiliza justificativa econômica para mudar o seguro social brasileiro

Em Seminário Internacional, especialistas apontam preocupações com proposta do Executivo



Cristiano Eduardo

Evento de iniciativa da ANFIP, em parceria com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, debateu as consequências da reforma previdenciária

No momento em que o governo encaminhou para o Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, que trata da reforma da Previdência, a ANFIP e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência reuniu, em Seminário Internacional, um conjunto de especialistas para discutir as preocupações com os termos da proposta do Executivo. O evento foi realizado no dia 6 de dezembro, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero, lamentou o fim dos direitos sociais duramente conquistados pelos trabalhadores. Para Maria Inez, presidente da Fundação ANFIP, a PEC 287/16 traz inúmeros malefícios para a sociedade. "Temos que pensar a Previdência Social como um programa de distribuição de renda, que atende mais de 32 milhões de pessoas", ressaltou.

Já o senador Paulo Paim (PT/RS) considerou o momento atual do Brasil "uma crise política, econômica e social da maior gravidade". Segundo explicou o parlamentar, são mais de 70 proposições legislativas em tramitação que alteram ou retiram direitos dos trabalhadores.

Eduardo Fagnani, doutor em Ciência Econômica, mestre em

Ciência Política e professor da Unicamp, disse que o único objetivo da reforma do governo é cortar gastos, mesmo que isso signifique aumentar a desigualdade e a proteção social. "Estão transformando a Constituição de 1988 em letra morta. Essa reforma é feita em torno de falácias. É apenas fiscalista e um rebaixamento dos gastos sociais", afirmou. O especialista também defendeu o combate à sonegação e o fim das desonerações: "o problema não é o gasto primário [saúde, educação etc], é o gasto que beneficia o capital financeiro".

Realidade internacional

Sobre o investimento em áreas sociais, Fagnani explicou que o caso brasileiro está de acordo com o que acontece no resto do mundo. "O gasto social é um fenômeno que cresce com a democracia. O Brasil não é nenhum ponto fora da curva. O nosso gasto social é semelhante ao da América Latina, muito inferior ao gasto dos países da Europa emergente, mais inferior ainda aos nórdicos e mais ainda aos da zona do euro", ressaltou.

O professor da Pontifícia Universidade do Chile, Hugo Cifuentes Lillo, falou sobre o sistema de seguridade naquele país. No Chile, 90% dos idosos com mais de 65 anos têm uma aposentadoria. Lá, o regime básico geral, que inclui

rural e urbano, é o de capitalização individual, caracterizado pela formação de um saldo, cuja titularidade é do indivíduo. "Quando cumpre os requisitos, passa a ter o direito", disse, lembrando que a idade para homens é de 65 anos e para mulheres, 60. "A aposentadoria da mulher é deteriorada em relação à do homem no regime de capitalização", disse.

Defesa do governo

Na oportunidade, a assessora-chefe da Assessoria Especial da Casa Civil, Marta Seillier, apresentou a "Visão Governamental" da reforma da Previdência. O ponto básico para as mudanças, segundo explicou Seillier, é a questão demográfica. "O Brasil envelheceu e não enriqueceu", justificou. Segundo dados apresentados, em 2060 existirão menos pessoas ativas que aposentadas e o número de idosos irá crescer 262,7%.

Sobre a idade mínima de aposentadoria, Seillier disse que 65 anos é uma tendência internacional. Ela justificou ainda que o governo gasta cinco vezes mais com a Previdência do que gasta com saúde e educação.

Proteção social

Décio Bruno Lopes, vice-presidente de Seguridade Social da ANFIP, disse que boa parte dos pro-

blemas que se atribuem ao sistema decorre da imprevidência dos governos, que utilizaram os recursos destinados à Seguridade Social para outras finalidades e criticou também os desvios autorizados no orçamento público, através da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que retira 30% dos recursos destinados aos programas sociais.

O doutor em Direitos Sociais e professor de Direitos Humanos da PUC/SP, Wagner Balera, criticou a possibilidade de pagamento de benefícios sociais inferiores a um salário mínimo, conforme prevê a proposta do governo. "A medida é inaceitável, pois prejudica os mais pobres dentre os pobres. Além de ter impacto social, a proposta não passaria pelo teste da constitucionalidade", afirmou.

"Antes de redução de direitos, uma reforma da previdência deve rever a legislação com objetivos de estabelecer prazos de decadência e prescrição compatíveis com os períodos de carência dos benefícios", finalizou Décio Lopes.

Também participaram do debate o presidente do Mosap, Edison Haubert; o representante da OISS (Organização Interamericana de Seguridade Social), Baldur Schubert; o diretor de Fiscalização Previc, Sérgio Djundi Taniguchi, além de parlamentares e representantes da sociedade civil.

Perfil da Associada

Maria Helena da Silva Messner

A Auditora Fiscal Maria Helena da Silva Messner, associada de Vitória (ES), de 55 anos – 35 deles dedicados ao serviço público, compartilha um pouco da sua história com você, leitor.

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Maria Helena, hoje viúva, é uma guerreira em prol da carreira e da família. É ela a responsável pelo sustento e cuidados de sua mãe, uma tia e dois filhos - Thiago (29 anos), formado em Engenharia Elétrica, e Marcos Vinícius (25 anos), formado em Direito. “Meus filhos são solteiros e ainda residem comigo. Minha mãe e minha tia são idosas e adoentadas, dependem de mim para tudo que precisam”, desabafou.

Sua carreira no funcionalismo começou em 1981, quando ingressou na Previdência Social, no antigo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas), como Agente Administrativo. Em outubro de 1986, passou para a Fiscalização, como Fiscal de Contribuições Previdenciárias. “Na Previdência Social, trabalhei na fiscalização externa até 1992, e após, na análise de defesas e recursos. Também ocupei a função de Chefe do Serviço de Análise de Defesas e Recursos entre março e outubro de 2004”, detalhou.

A partir de junho de 1999, o cargo passa a ter nova nomen-

clatura, a de Auditoria Fiscal da Previdência Social, nome que perdurou até 1º de maio de 2007. Com a fusão das Receitas Previdenciária e Federal, em maio daquele ano, foi integrada à então criada Receita Federal do Brasil, no cargo de Auditora Fiscal.

“Quando fomos transferidos para a RFB, foi um momento de muita insegurança, a gente não sabia como seríamos recebidos. Vim trabalhar com tributo interno, na área de Imposto de Renda. No início, teve um momento de estresse pela novidade do trabalho. Foi uma adaptação gradual muito boa”, contou a Auditora Fiscal, que considera esse o momento mais marcante da sua carreira no serviço público.

Atualmente, a associada encontra-se em exercício na DRF/Vitória/ES, no Serviço de Fiscalização (Sefis), na equipe de Malha Fiscal – Imposto de Renda Pessoa Física. Ela já está em condições de se aposentar, mas, por diversas razões, pretende continuar trabalhando até 2018. “Me considero muito nova ainda. Eu gosto de trabalhar, tenho muita disposição”, afirmou com empolgação.

Em sua biografia, também fazem parte trabalhos associativos (integra o Conselho Fiscal da Associação Regional – ANFIP/ES), de caridade e da sua religião. “Não exerço nenhuma função na Igreja, por falta de tempo”, lamenta.

Que bom tê-la como colega!



Arquivo pessoal

Maria Helena da Silva Messner reside em Vitória-ES.
mhmessner@hotmail.com

No seu Estado

Pernambuco: Debate sobre Previdência

A vice-presidente de Assuntos Jurídicos da Apafisp, Margarida Lopes de Araujo, participou do debate sobre a reforma

da Previdência Social na Assembleia Legislativa de Pernambuco. O evento aconteceu no dia 8 de novembro. As propostas de alteração ao tema receberam críticas de representantes de sindicatos de servidores públicos e de especialistas em Seguridade Social convidados para o encontro. Eles alegam que as propostas penalizam apenas os trabalhadores.



Divulgação

Paraíba: Superavit da Seguridade

O Conselho Executivo da Apfip, estadual na Paraíba, prestigiou no dia 23 de

novembro evento da Associação e Sindicato dos Servidores dos Departamentos de Estradas e Rodagens do Brasil – Fasderbra, em João Pessoa (PB), oportunidade em que o vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social, Décio Bruno Lopes, falou sobre a Previdência Social pública. Participaram do evento a presidente da Apfip, Dijanete de Souza Lima, e demais conselheiros.



Divulgação

Rio Grande do Norte: Confraternização

A Anofip, estadual do Rio Grande do Norte, realizou no

dia 25 de novembro, em sua sede, tradicional confraternização natalina. A festividade teve expressiva presença de associados e convidados. A Diretoria da Anofip empenha-se na busca de novos associados e para isto tem programado vários eventos com o objetivo de mostrar o bom acolhimento, marca registrada da ANFIP e suas regionais.



Divulgação

Pará: Audiência pública

A ANFIP, representada pela presidente da estadual paraense (Afisepa), Maria Oneyde Santos, participou no dia 2 de

dezembro de mais uma audiência pública realizada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. Coordenado pelo senador Paulo Paim (PT/RS), o encontro reuniu servidores públicos, trabalhadores e representantes de diversas entidades associativas e sindicais na Assembleia Legislativa do Pará, em Belém.



Divulgação

Tributos

Relator sugere ampla reforma Tributária

Proposta inclui criação de Super Fisco Estadual



Presidente da ANFIP, Vilson Romero, oferece à Comissão apoio técnico da Entidade

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a analisar a reforma Tributária retomou suas atividades no início de outubro com um desafio pela frente, reformular um sistema complexo que tem reflexos na vida de todos os brasileiros.

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), relator da matéria na comissão, propõe uma ampla reforma no sistema, com a criação de dois Fiscos, o Federal e o Estadual. A União teria competência sobre o IRPF, IRPJ, INSS e CPMF, a ser criada para diminuir a contribuição previdenciária patronal e dos empregados. A proposta prevê a extinção da CSLL, IOF, IPI, PIS/COFINS. Para os estados, Hauly propõe a extinção do ICMS e a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e de uma taxa seletiva para incidir uma só vez sobre o consumo de energia, telecomunicações, cigarros e bebidas. Já para os municípios, o deputado propõe a transformação do IPTU + ITBI + ITCMD + IPVA + ITR num imposto municipal.

Para o vice-presidente de Assuntos Fiscais da ANFIP, Miguel Arcanjo Simas Nôvo, o grande desafio da proposta é a criação do IVA, ou seja, a transformação

de todos esses tributos em um só, não-cumulativo, e que mantenha o mesmo nível de arrecadação. "Parece uma meta muito ambiciosa, mas é um caminho para a modernização do sistema tributário brasileiro e para a redução do 'custo Brasil'. O que impressiona não são as dificuldades técnicas que tal assunto suscita, mas a pouca discussão sobre o IVA no Brasil", analisa.

Segundo Miguel Nôvo, outro ponto polêmico da proposta é a extinção do contencioso fiscal administrativo, ou seja, o fim do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e dos Conselhos de Contribuintes dos Estados e dos Municípios, redirecionando as demandas para o Poder Judiciário. "A extinção dos recursos na fase administrativa vai encontrar resistência principalmente por parte dos empresários, pelo fato de entenderem que o processo administrativo seria uma continuidade do processo de lançamento, em momentos distintos. O fato de a Administração Pública ter por finalidade dar cumprimento à lei, não afasta o que se pode chamar de pretensão da Administração", avalia.

Estamos de Olho

Proposições em tramitação

Câmara dos Deputados

- **PL 3123/2015** - Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos. O texto foi apreciado pelas Comissões Permanentes e está pronta para a pauta em Plenário.

- **PEC 391/2014** - Fixa parâmetros para a remuneração da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB). Aguarda inclusão na Ordem do Dia do Plenário.

- **PEC 186/2007** - Determina que lei complementar definirá as normas aplicáveis à Administração Tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Aguarda inclusão na Ordem do Dia do Plenário.

- **PEC 210/2007** - Estabelece o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras da magistratura e do Ministério Público. No parecer do relator foram contemplados os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Aguarda a inclusão na Ordem do Dia do Plenário.

- **PEC 555/2006** - Acaba com a cobrança da contribuição previdenciária incidente sobre os proventos dos servidores públicos aposentados. Aguarda inclusão na Ordem do Dia do Plenário.

- **PEC 139/2015** - Extingue o abono de permanência para o servidor público que tenha optado por permanecer em atividade. Aguarda designação de relator na CCJC.

- **PEC 102/2015** - Estabelece parâmetros para a fixação de subsídio de várias

carreiras, entre elas de Auditor Fiscal da RFB. Pronta para deliberação na CCJC.

- **PEC 271/2013** - Dispõe sobre o valor das verbas indenizatórias pagas aos servidores públicos. Aguardando designação de relator na CCJC.

- **PLP 330/06** - Trata da concessão de aposentadoria especial ao servidor público por atividades de risco. Recebeu um substitutivo do antigo relator Policarpo (PT/DF) incluindo os Auditores Fiscais na proposta.

- **PLP 381/2014** - Estabelece normas gerais sobre o processo administrativo fiscal no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Aguarda deliberação na CCJ.

No Senado Federal

- **PEC 56/2014** - Garante proventos integrais ao servidor que se aposentar por invalidez. Aguarda a votação em dois turnos no Plenário do Senado Federal.

- **PEC 36/2008** - Estende o direito à paridade às pensões que se derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da EC nº 41/03. Aguarda inclusão na Ordem do Dia do Plenário.

- **PEC 63/2013** - Institui a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público. Estão sendo coletadas assinaturas para apresentação de emenda estendendo a parcela indenizatória às carreiras remuneradas por subsídio. Aguardando deliberação do Plenário.

Jurídico

Resultados positivos em 2016

Acompanhe a situação das ações

Durante todo o ano, a ANFIP seguiu na defesa dos direitos dos associados. Por meio do Setor Jurídico, a Associação desenvolveu inúmeras atividades com vistas a cumprir os prazos e atender às necessidades dos processos judiciais. A atuação atingiu principalmente os processos em fase de execução (fase mais adiantada), quando estes são desmembrados em centenas de grupos de cobrança. Atualmente, estão em execução pela ANFIP: Gifa, Gdat, 28,86%, 3,17% e URP.

Para o melhor acompanhamento, confira a seguir a situação de cada ação em execução:

GDAT

A execução foi desmembrada em grupos de 10 pessoas em razão do volume do processo originário que inviabilizaria a efetividade da resolução do processo. O perito contábil apresentou atualização dos valores controvertidos. Em breve as requisições poderão ser expedidas.

URP

Embargos à Execução foram julgados procedentes determinando o valor idêntico a todos: R\$ 573,34 por pessoa. Foram interpostos recursos de apelação. As expedições de RPV estão próximas de serem concretizadas. Em breve serão noticiadas novidades.

GIFA

Embargos à execução procedentes em parte. Tem sido interpostas apelações pelas partes. Os processos foram distribuídos para o desembargador federal

Jamil Rosa de Jesus Oliveira, da 1ª Turma do TRF da 1ª Região. É preciso aguardar o julgamento dos últimos recursos.

Reajuste de 28,86%

Na grande maioria das execuções já fora proferida sentença, havendo apelações tanto da ANFIP, quanto do INSS. No âmbito do TRF da 1ª Região, já foram julgadas 80 apelações nos embargos à execução. Junto à 5ª Vara Federal, os embargos à execução remanescentes continuam sendo apreciados e julgados, havendo sinalização quanto à alteração de entendimento para inclusão da Gefa já na primeira instância.

Reajuste de 3,17%

Em razão do desmembramento, pode-se visualizar o seguinte cenário:

- Nas execuções onde não houve questionamento de litispendência com outras entidades iniciou-se o pagamento de precatórios e RPVs.

- Nas execuções onde houve alegação de litispendência com outras entidades, foram apresentados recursos até o STF na tentativa de manter os Associados excluídos. Mas não houve reforma da decisão de exclusão. Atualmente, as execuções retornaram ao STJ e foram encaminhadas a Coordenadoria de Execuções para atualização dos valores e próximo pagamento;

- Nas execuções que, diferentemente, houve alegações de litispendência com outras ações estaduais, ainda não houve julgamento dos embargos à execução.

Biblioteca

Acervo renovado

Publicações disponíveis na Fundação ANFIP



Auditor Fiscal doa diferentes títulos sobre Direito Previdenciário e obras de cunho literário

A ANFIP recebeu, no dia 1º de dezembro, uma doação de 100 livros de autoria do Auditor Fiscal aposentado e escritor Wladimir Novaes Martinez. O associado é especialista em Direito Previdenciário e já escreveu mais de 50 obras sobre o assunto.

Dentre as publicações, 86 são diferentes títulos sobre Direito Previdenciário, editados no período de 1991 a 2015. Entre eles, podem-se encontrar as obras: "Tratado prático da Pensão por Morte"; "Previdência Social ao Alcance de Todos"; "Os deficientes do Direito Previdenciário"; "Justa Causa Doméstica"; "História, Custeio e Constitucionalidade da Previdência Social"; "Direito do Doméstico";

"A Seguridade Social na Constituição Federal"; "A prova no Direito Previdenciário"; "Benefícios Previdenciários das Pessoas com Deficiência".

Os outros livros doados são de cunho literário, de romance e poesia, também de autoria de Martinez, editados de 2002 a 2016.

Todos os exemplares doados, além de serem utilizados pela Associação e pela Fundação ANFIP, estão disponíveis também para consulta dos associados e público em geral.

A ANFIP e a Fundação recebem com grande satisfação o excelente acervo do autor e, principalmente, a deferência demonstrada nesse ato pelo estimado associado Wladimir Novaes Martinez.